

PROCESSO TCE Nº 123.672  
ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual - Exercício de 2016.  
RESPONSÁVEL: Ary Fecury da Silva  
RELATORA: Cons. Naluh Maria Lima Gouveia  
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## ACÓRDÃO Nº 10.901/2018

### PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – FADES. EXERCÍCIO 2016. IRREGULAR. DEVOLUÇÃO. MULTA.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, no presente processo que correu à revelia: **1)** pela **Irregularidade** das contas em face das falhas contábeis no registro de bens imóveis e despesa injustificada com contratação de estagiário, estando as atividades do órgão paralisadas; **2)** pela **devolução, pelo gestor**, aos cofres públicos, de **R\$ 8.972,00** (oito mil, novecentos e setenta e dois reais), acrescido de **10% de multa**, referentes ao pagamento de estágio sem qualquer justificativa, não ficando comprovada a finalidade pública, em face da inatividade da Fundação. Após, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco – Acre, 13 de setembro de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Relatora

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 123.672  
ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social-FADES, exercício de 2016,  
RESPONSÁVEL: Ary Fecury da Silva  
  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social-FADES, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Câmara Municipal de Plácido de Castro**. A contabilidade consta como responsável o Senhor **José Oliveira de Carvalho**, inscrito no Conselho de Classe sob o nº AC-000020/0-1. A referida Prestação de Contas constante no Sistema Informatizado – SIPAC, foi encaminhada de forma **tempestiva** por meio do Ofício nº 033-FADES/2017, **confirmada** por meio do Sistema Eletrônico de Prestação de Contas do TCE, visto na “Declaração de Veracidade”, desta forma dentro das exigências contidas na Resolução TCE/AC nº 087/2013.

**1) A análise técnica procedida nos autos pela DAFO/3ª IGCE (fls. 22/26 e 49/55), considerou as seguintes ocorrências no decorrer da análise da referida Prestação de Contas, a seguir:**

- a) **Rol dos Responsáveis** foi encaminhado **em conformidade** com o item II do Anexo II do Manual de referência – 3ª Edição, c/c art. 8º da resolução TCE/AC nº 87/2013, visto na fl. 1 do sistema eletrônico de prestação de contas do TCE/AC.

- b) Em relação ao Balanço Orçamentário (fls. 22/23), para a manutenção da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social – FADES, durante o exercício de 2016 foi aprovado pela Lei Estadual nº 3.098 de 29 de dezembro de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa da Fundação o valor de R\$ 36.000,00<sup>1</sup>.
- c) Foi verificado pela área técnica, que não houve alterações no Orçamento Inicial da FADES para o exercício de 2016. Ao confrontar a receita realizada e a despesa executada ambas tiveram o mesmo valor de R\$ 15.334,90, demonstrando equilíbrio na execução orçamentária (fl. 23).
- d) No Balanço Financeiro a área técnica apurou que não restou nenhum valor para ser transferido para o exercício seguinte. Informação devidamente confirmada pelo extrato da conta financeira nº 2715307004, constante no demonstrativo do anexo VI da PCA-doc. 7. Por outro lado, restou inscrito de “Restos a Pagar” o valor de R\$ 8,00 (empenho nº 007153070), sem cobertura financeira, em desobediência ao artigo 1º, parágrafo 1º, da LRF c/c com o artigo 42 do mesmo dispositivo legal (fl. 23). O que deve ser corrigido para as próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade.
- e) Com Relação a Movimentação Patrimonial a análise técnica apurou as seguintes ocorrências: **1)** houve variação patrimonial **negativa** no montante de R\$ 1.735,43; **2)** o saldo patrimonial do exercício em análise, por sua vez, foi no montante de R\$ 119.463,56, demonstrando coerência contábil na evolução patrimonial; **3)** em relação à conta Bens Móveis, o Balanço Patrimonial demonstra um saldo de R\$ 120.703,66, estando de acordo com a Atualização do Inventário Analítico **4)** no entanto, a área técnica assinalou o valor de R\$

<sup>1</sup> Para justificar as despesas fixadas foram apresentadas as metas e prioridades da Administração Pública Estadual.

9.282,73<sup>2</sup>, Bens Imóveis, sem registro no demonstrativo da Atualização do Inventário Analítico (conforme Anexo XIV da PCA, doc. 15). **5)** quanto ao material de consumo, **conta estoque** o Balanço Patrimonial guarda consonância com o Anexo XV da PCA, doc 16), “Relatório Almoxarifado”, que apresenta **saldo zero**, para esta conta.

f) Com relação a execução das despesas (fl. 24), foi verificado pela área técnica o valor de R\$ 15.326,90, gastos no decorrer de 2016. Sendo que a maior parcela foi

correspondente a despesa com “outros serviços de terceiros-pessoa jurídica”, perfazendo 82% do elemento de despesa. No decorrer da análise foi constatado despesas no valor de R\$ 8.972,00<sup>3</sup>, com serviços de estagiários, onde a Fundação emitiu 11(once) empenhos para cobertura de tais despesas. Situação semelhante ocorreu na prestação de contas do exercício de 2015 e foi considerado como **ressalva** por esta Corte de Contas ao exarar decisão contida no Acórdão nº 10.527/2017<sup>4</sup>.

g) Quanto o Controle Interno verifica-se a sua existência, uma vez que foi dado parecer sobre as Demonstrações Contábeis da Fundação sendo consideradas regulares, conforme o parecer de contas referente ao exercício de 2016 e assinado pelo responsável no dia 27/04/2017 27/04/2017 (fl. 1), do sistema de SPCA do TCE/AC.

**2)** Ministério Público de Contas manifestou-se à fl. 60 com pronunciamento da lavra do Procurador Doutor **Mário Sérgio Neri de Oliveira**.

---

<sup>2</sup> Ressalte-se que esta mesma inconsistência ocorreu no exercício de 2015 e fora considerada como ressalva(Acórdão nº 10.527/2017)

<sup>3</sup> Estagiário senhor Sharlison Lima de Souza com o custo de 58,54% do total desembolsado no exercício.

<sup>4</sup> Contratação de estagiário com elevada participação nas despesas da Fundação enquanto a mesma encontra-se com as atividades paralisadas.

**3)** Na forma regimental, os autos foram distribuídos em 29 de março de 2017 (fl. 2).

**É o relatório.**

Rio Branco, 13 de setembro de 2018.

**Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia**  
**Relatora**

PROCESSO TCE N° 123.672  
ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social-FADES, exercício de 2016,  
RESPONSÁVEL: Ary Fecury da Silva  
  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

### **CONCLUSÃO E VOTO**

#### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):**

**Considerando** como falhas formais as impropriedades apuradas pela DAFO/3ª IGCE em seu Relatório Conclusivo de Análise Técnica (fls. 49/55), tais como: **a)** pagamento pela prestação de serviços de estagiário, no montante de R\$ 8.972,00 por meio da emissão de 11 (onze) empenhos a favor do senhor **Sharlison Lima de Souza**, uma vez que a Fundação encontra-se com suas atividades paralisadas (fl. 49). Entretanto, verificando decisão desta Corte de Contas contida no Acórdão nº 10.527/2017 a mesma situação foi considerada, **como ressalva**. Portanto, descartando a possibilidade de irregularidade, já que o estagiário prestou serviços no setor de contabilidade da Fundação; **b)** inscrição de “**Restos a Pagar Processados**” no **valor de R\$ 8,00**, com ausência de cobertura financeira em descumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000. No entanto, por ser valor de pequena monta, não se comprova prejuízo ao erário público, recomenda a devida correção e evitar para as próximas edições da matéria, tal ocorrência, sob pena de responsabilidade legal; **c)** ausência de registro na conta “**Bens Imóveis**” no valor de **R\$ 9.282,73**,

considerado como ressalva pela área técnica (fl. 50), recomendando os devidos ajustes para as próximas edições da matéria.

**Isto posto, VOTO:**

- 1) **Emitir Acórdão** considerando **REGULAR com Ressalva** à Prestação de Contas Anual da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social-FADES, exercício de 2016, fundamentado no artigo 36, inciso I e artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, de responsabilidade da Senhora **Câmara Municipal de Plácido de Castro**.
- 2) **Dar ciência** ao Governador do Estado e a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para tomar conhecimento desta decisão;
- 3) Dar ciência ao Senhor **Ary Fecury da Silva** (Responsável pela FADES) e o responsável pela contabilidade Senhor **José Oliveira de Carvalho**, para tomar conhecimento desta decisão.
- 4) Após as formalidades de estilo, **encaminhe** os autos ao arquivo.

**É como VOTO.**

Rio Branco-Acre, 13 de setembro de 2018.

**Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia**  
**Relatora**



PROCESSO TCE Nº 123.672  
ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual - Exercício de 2016.  
RESPONSÁVEL: Ary Fecury da Silva  
RELATORA: Cons. Naluh Maria Lima Gouveia  
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

### **VOTO VENCEDOR**

**VOTO:** no presente processo que correu à revelia:

- 1) Pela **Irregularidade** das contas em face das falhas contábeis no registro de bens imóveis e despesa injustificada com contratação de estagiário, estando as atividades do órgão paralisadas;
- 2) Pela **devolução, pelo gestor**, aos cofres públicos, de **R\$ 8.972,00** (oito mil, novecentos e setenta e dois reais), acrescido de **10% de multa**, referentes ao pagamento de estágio sem qualquer justificativa, não ficando comprovada a finalidade pública, em face da inatividade da Fundação;
- 3) Após, pelo arquivamento dos autos.

**É como Voto.**

Rio Branco – Acre, 13 de setembro de 2018.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor